

# As Transformações no Mundo do Trabalho e seus desafios para o Serviço Social

Ana Elizabete Mota <sup>1</sup>

---

Marcada por profundas transformações societárias que afetam ideários, modos de vida, identidades e formas de sociabilidade, a conjuntura atual coloca grandes desafios para as mais diversas práticas sociais onde se incluem as atividades profissionais.

No que diz respeito às profissões e particularmente à de Serviço Social, que é enfocada neste texto, penso tais desafios em dois planos: um, mais visível e imediato, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho; o outro, mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que, levando em conta as particularidades do Serviço Social, apresentem-se como respostas qualificadas no enfrentamento das questões que lhe são postas.

Os desafios a serem enfrentados pela profissão - consideradas as transformações no "mundo do trabalho" - passam inegavelmente pela configuração do atual mercado de trabalho dos Assistentes Sociais; todavia, este é apenas um dos indicadores objetivos do rearranjo das diversas atividades ocupacionais frente às mudanças que ocorrem na divisão social e técnica do trabalho. Por isso mesmo, as características atuais do "mercado de trabalho profissional" oferecem um conjunto de informações necessárias à identificação das necessidades sociais que estão subjacentes às demandas profissionais, posto que as demandas não se confundem com as necessidades sociais propriamente ditas.

---

<sup>1</sup> - Doutora em Serviço Social pela PUC-SP e Profa. do Dept. de Serviço Social da UFPE.

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma "teleologia" dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, o conhecimento das demandas é o principal ponto de partida para o desvelamento das reais necessidades que as determinam.<sup>2</sup>

A exemplo da referência marxiana sobre a relação entre necessidades sociais e sua transformação em demandas do mercado, entendo que atarse às demandas do mercado de trabalho postas pela reestruturação produtiva é esquecer que "as necessidades sociais referidas às demandas são mera aparência que não expressam as necessidades sociais reais da classe trabalhadora, e inclusive as transfiguram em seu contrário" (Heller, 1978:82).

Problematizar as demandas para apreender o conjunto das mediações que expressam a vinculação entre as "reais necessidades" e as exigências do mercado de trabalho profissional é o passo inicial para a construção dos objetos e objetivos estratégicos da ação profissional. Como disserta Netto (1996:123), os profissionais que defendem uma direção social estratégica para o Serviço Social não podem contentar-se com a sinalização do mercado de trabalho: devem conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas e aos objetivos e valores do projeto social que privilegiam.

Seguindo esta linha de argumentação, entendo que o processo de reorganização das forças produtivas, no atual estágio de recomposição do ciclo de reprodução do capital, **determina um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de produção, gestão e consumo da força de trabalho**, alterando a forma de intervenção das mais diversas práticas sociais na esfera da produção e reprodução da força de trabalho.

Admito, portanto, que o leito por onde deságuam os desafios aos profissionais do Serviço Social - consideradas as particularidades do seu trabalho - são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho, exigindo a refuncionalização de procedimentos e determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas.

---

<sup>2</sup> Sobre esta concepção de demandas profissionais vale consultar Serra R., Cardoso F., Duarte S. Oliveira S. In Anais do V ENPSS, RJ, 1996 p.85-90.

Neste sentido, o primeiro desafio posto para o Serviço Social diz respeito à identificação das necessidades subjacentes às exigências de refuncionalização. Neste caso é preciso refazer - teórica e metodologicamente - o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade.

Dentro desta linha de argumentação, minha exposição trata, primeiramente, do que considero as " reais necessidades " do processo de reestruturação produtiva e, em seguida as mediações que vinculam tais necessidades com as exigências socialmente postas para o Serviço Social.

Posto isso, convém lembrar que numa conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são exigências inerentes ao estabelecimento de um novo equilíbrio, que tem como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto a das relações sociais.

Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Trata-se da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais, necessários à manutenção do processo de reprodução social.

Tal movimento determina: o reordenamento hierárquico das nações, em função da sua riqueza e poder, como é o caso dos países centrais e periféricos; a reestruturação dos capitais, com as fusões patrimoniais, a íntima relação entre o capital industrial e financeiro, as novas composições de força política no mercado internacional, além da formação de oligopólios globais, via processo de concentração e descentralização do capital; as transformações no processo de trabalho, exigência do reordenamento das fases do processo de produção e realização da mais-valia, determinando também outras formas de constituição e reprodução do trabalhador coletivo.

Na esfera da produção, o crescimento da produtividade do trabalho, intermediado pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho, promove o aumento das taxas de lucratividade.

Na esfera da circulação, as mudanças operadas pela reorganização dos mercados determinam novas formas de escoamento da produção com a redivisão dos mercados consumidores.

Na esfera sócio-política e institucional ocorrem novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho, que exigem um conjunto de reformas institucionais e a implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas. Expressão das necessidades de reestruturação produtiva, estas mudanças são consideradas como uma alternativa de superação do modelo fordista em prol da "flexibilização nos processos de trabalho", o que amplia em larga escala a produtividade do trabalho, alterando radicalmente a formação do trabalhador coletivo.

Diferentemente da crise dos anos 29/30, a burguesia, na atual conjuntura, desenvolve seus mecanismos de contratendência à crise - em particular, a reestruturação econômica - sobre o leito de uma universalização da sociabilidade capitalista, vulgarmente tratada como fim da história. No lugar da revolução comunista, como parâmetro das ameaças ao capitalismo, têm-se a crise do socialismo real e do *Welfare State*, fatos emblemáticos do sitiamento da ordem capitalista e da crise de uma alternativa ao capitalismo<sup>3</sup>. Agora o capital deseja gerir suas contradições sob o lema da perenização da ordem burguesa e não da administração das ameaças à ordem burguesa.

As mudanças requeridas pelo processo de reestruturação - seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial - exigem a recriação de novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, através de uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de uma outra cultura do trabalho e de outra forma de racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital.

Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais, éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e reprodução social.

Neste sentido, a direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação da burguesia, diante da necessidade de superação

---

<sup>3</sup> Sobre o assunto consultar Mota, A. , A cultura da crise e as tendências da Seguridade Social. S.Paulo, Cortez, Ed.1995.

da crise de acumulação.

Para a burguesia, este movimento se materializa na defesa da modernidade das mudanças e na irreversibilidade dos processos de ajustes, tendo como ideologias o neoliberalismo e o pragmatismo econômico. O neoliberalismo, como ideário econômico e político, expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica. O pragmatismo econômico, expresso na subordinação dos processos sociais às necessidades de reestruturação (ajustes e reformas), neutraliza, na prática, as questões relativas aos projetos sociais.

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho e dos salários, bem como dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise.

Estas sociabilidades emergentes respondem à necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho, capazes de lhe permitir a flexibilização e a intensificação da produção, fraturando a cultura político-organizativa dos trabalhadores na medida em que procura neutralizar as expressões da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados.

Como afirma Teixeira (1996:68-69), este movimento é responsável pela criação de novas formas de produção de mercadorias, mediante a racionalização do trabalho vivo, pelo uso da ciência e tecnologia e a implementação de formas de produção "externas" às empresas, permitindo-lhes a aquisição de mercadorias fabricadas fora do seu espaço fabril.

É exatamente esta **nova necessidade** do processo de acumulação do capital uma das principais determinantes da formação de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal e, conseqüentemente, sujeitos ao trabalho desprotegido.

Na qualidade de provedores de "trabalho objetivado", condição requerida pelo processo de reestruturação produtiva, tais trabalhadores são sujeitos da novíssima modalidade de exclusão do mercado de trabalho formal, porque não mais fazem parte da estrutura interna das empresas, ao mesmo

tempo em que se transformam em objeto de um novo modo funcional de inclusão econômica (Teixeira, 1996:68-69).

Esta "terceirização" da produção de mercadorias é um mecanismo eficaz para transformar custos fixos de produção em variáveis. As grandes empresas pagam ao fornecer o número de peças, os pratos de refeição servidos, as horas efetivamente trabalhadas. Defeitos nos produtos, absenteísmo e ociosidade passam a ser problema dos terceirizados" (Dupas, 1996/7:5).

Materializado na fragmentação do mercado formal de trabalho, este processo opera refrações na prática organizativa das classes trabalhadoras e cria, especialmente na conjuntura atual, as bases para a institucionalização de formas corporativas de organização.

Por igual, as mudanças na esfera da produção e da organização social implicam no redirecionamento da intervenção do Estado, em especial, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho.

Nessa conjuntura, as relações entre Estado, sociedade e mercado são determinadas por um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são os mecanismos de privatização; as pressões do empresariado e da burocracia estatal no campo dos direitos sociais e trabalhistas e a "naturalização" da superexploração do trabalho. Todos eles revestidos da cultura do anti-radicalismo e das soluções negociadas visando reduzir o papel do Estado na área do bem-estar social e da regulação das condições de produção material.

No âmbito das políticas sociais, as organizações particulares, sob o livre controle dos indivíduos, substituem a ação do Estado. No âmbito das condições de produção, a livre negociação substitui a regulação legal dos contratos de trabalho.

Ao submeter os direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, é implementada uma estratégia de desvalorização e "remercantilização" da força de trabalho, somente possível, porque os "direitos" se reduzem à realização de uma norma estatal. Como afirma Teles (1997:216), "(...) essa redução do direito à norma estatal permite incluí-los no conjunto das regras estatais que regulam o mundo econômico, o mercado e o funcionamento das empresas. Prática esta que permite

neutralizar a dimensão ética inscrita no direito, fazendo prevalecer o critério de eficácia e produtividade como valores da modernidade”.

Enquanto a grande indústria fordista necessitava do keynesianismo, a indústria de produção flexível necessita da liberdade do mercado e da abolição de parte dos controles do Estado sobre as condições de uso da força de trabalho. Esta tendência, que já se mostra na supressão de alguns mecanismos de proteção social, é corroborada pela ofensiva de mudança na legislação do trabalho.

Do ponto de vista objetivo, duas são as consequências deste processo: a primeira, indica que os trabalhadores que permanecem no mercado de trabalho tendem a defender, corporativamente, as conquistas obtidas; a segunda, indica que os trabalhadores expulsos do emprego formal assistem ao esfacelamento da sua identidade construída na experiência do trabalho.

No Brasil, o principal exemplo dessa experiência é a do trabalhador alçado à condição de micro-empresário, subordinado às necessidades do grande capital, de trabalhador acionista, de trabalhador autônomo, ou de trabalhador produtivista, merecedor de participações no lucro. É a “desideologização” do trabalho assalariado que se transforma no fundamento da manutenção da exploração. Aparentemente, trata-se de uma solução de enfrentamento conjuntural da crise do emprego, do trabalho protegido, das novas alternativas do mercado de trabalho, mas, na realidade, é uma prática constituidora de um projeto social.

Canto do cisne da “emancipação” do trabalhador na ordem burguesa, “essa nova forma de estruturação do trabalho abstrato se revela como um verdadeiro reino de liberdade, propriedade e igualdade. O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão que trabalha no seu próprio local de produção (e às vezes de moradia), sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio. Sente-se proprietário. Igualmente livre, porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração da sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor de trabalho objetivado, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores” (Teixeira, 1996:72).

Assim, a reestruturação produtiva não se caracteriza apenas pelas

mudanças nos processos técnicos de trabalho nas empresas, comprovadamente tímidos no Brasil, - porque aqui a reestruturação é abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%. Como informa recente pesquisa realizada pela UFRJ<sup>4</sup>, o crescimento médio da produtividade industrial (medida pela produção física por trabalhador ocupado ou horas pagas) em 1996 foi de 13%. Segundo Sabóia, os novos ganhos de produtividade surpreendem porque não derivam de investimentos pesados em maquinário ou automação (...) a produtividade cresceu graças aos novos processos produtivos, aos métodos de gestão e às custas da perda do emprego de milhões de trabalhadores.

De fato a reestruturação produtiva **redefine socialmente** o processo de produção de mercadorias.

Expressão particular de um movimento internacional, marcado pela difusão do pensamento neoliberal, no Brasil, esta estratégia consolida-se como estruturadora de uma cultura moderna, cujos principais vetores são a competência e eficiência do setor privado, a (des)responsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de novos valores necessários ao conformismo e ao consentimento dos trabalhadores ao conjunto das iniciativas do capital.

Assim, a burguesia vem tentando criar condições para instituir os novos objetos de consenso hegemônico, quais sejam: a desqualificação teórica, política e histórica de alternativas à ordem capitalista, a negação de qualquer mecanismo de controle sobre o movimento do capital; e a reconceituação de reivindicações históricas das classes trabalhadoras.

Aqui os exemplos são inúmeros: subtração de direitos sociais e trabalhistas, como uma questão afeta à esfera econômica, a defesa da informalidade do trabalho como alternativa de sobrevivência, a banalização da cidadania como consumo de serviços sociais, a simplificação do ideário de emancipação como autonomia, dentre outros.

Como afirma Dupas (1996/7:7) " o enfraquecimento do vínculo formal

---

<sup>4</sup> Trata-se da pesquisa intitulada "Qualidade e produtividade na Indústria", realizada pela UFRJ em convênio com o BNDS/CNI/SEBRAE. Jornal do Brasil 15/06/97.

com o empregador põe em xeque as chamadas proteções sociais do trabalhador, tão caras ao movimento sindical. O fluxo crescente de trabalhadores informalizados olha para o Estado moderno em busca de antigas proteções e o encontra (...) incompetente para amparar um novo contingente que pede e não contribui” .

Trata-se não apenas de destruir os processos de organização dos trabalhadores mas também de inflexionar os objetos das suas reivindicações, dotando-as de outros significados que, originários de um projeto do capital, devem ser assumidos como seus.

O objetivo é formar uma determinada cultura do trabalho que, incorporando as necessidades do processo de acumulação, apresente-se como alternativa ao enfrentamento da crise econômica e social. Essa cultura difunde o conservadorismo das saídas possíveis e do sacrifício de todos, estimulando a “indiferenciação” de projetos políticos com o modo privilegiado de administração da desigualdade social. .

Neste sentido, a questão central posta pela reestruturação do processo de produção e aqui conceituada como a “necessidade real”, subjacente ao conjunto das demandas profissionais, são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho.

Mais do que o conjunto das inovações ocorridas no processo de trabalho, no interior das empresa , a terceirização, o trabalho a domicílio, a subcontratação e os massivos programas de desligamento voluntário (PDV), apresentam-se como iniciativas constituidoras de uma suposta “sociedade de produtores independentes de mercadoria”.

Excluídos do trabalho protegido, esses trabalhadores “proprietários’ e “pseudo-parceiros” de seus antigos patrões, agora, fisicamente distanciados do controle e exploração direta dos patrões têm na sua própria auto-exploração, da sua família e de outros trabalhadores desempregados, a principal fonte de produção de valor.

A rigor, formas reatualizadas de exploração são consolidadas: amplia-se, assim, o universo de constituição e reprodução do trabalho coletivo, porque agora o processo de trabalho pode ser realizado na fábrica, na rua, na residência ou nos centros sociais comunitários; de igual forma, amplia-se também a dimensão da subsunção do trabalho ao capital, com o auxílio de práticas consideradas libertárias do “despotismo de fábrica” e

vitalizadoras da "liberdade" do indivíduo que continua explorado, mas se pensa livre.

Este é o meu pensamento sobre algumas das mediações que articulam as "reais necessidades" do processo de recomposição da reprodução do capital com o conjunto das mudanças sociais, econômicas, políticas e institucionais que atravessam o mundo do trabalho e com as quais - mediata ou imediatamente - a profissão vincula-se.

Sem poder esgotar, nesta exposição, as múltiplas dimensões e os desdobramentos destas questões, quero apontar alguns pontos para iniciar a discussão sobre os principais desafios para a profissão de Serviço Social.

Em princípio é necessário reconhecer que as exigências do processo de reestruturação produtiva, desencadeadoras das mudanças no mundo do trabalho, afetam imediatamente o processo de trabalho e, mediatamente, o controle da força de trabalho, materializando mudanças de ordem técnica amparadas em práticas essencialmente políticas. Como afirma Clarke (1991:129), "o objetivo não é simplesmente criar uma nova forma de organização do trabalho, mas sim criar uma nova forma de sociedade (...)". Nestes termos, a reestruturação produtiva ultrapassa o processo de trabalho desenvolvido no espaço da empresa capitalista, que é um dos campos de trabalho dos assistentes sociais. Ao redefinir **socialmente** o modo de produção de mercadorias, o capital também redefine suas modalidades de enfrentamento da questão social no Brasil.

Por isso mesmo, as práticas profissionais que se relacionam com o processo de produção e reprodução da força de trabalho não mais se restringem ao gerenciamento de benefícios, ao controle individual nem à administração das relações conflitivas entre patrões e empregados nas empresas. O grande capital - como parte da construção da sua hegemonia - requer e demanda ao Serviço Social um conjunto de intervenções socio-comunitárias que, ampliando para toda a sociedade, a hegemonia nascida na fábrica, procura dar conta desta novíssima "exclusão integradora", necessária à construção de um trabalhador patrão de si, da sua família e, se possível, de outros trabalhadores desempregados.

Neste sentido, merecem destaque programas de formação de mão de obra, de qualificação profissional ou de engajamento no mercado de trabalho levados a efeito por instituições estatais e pelas grandes empresas

e que requerem intervenções da profissão. Desde a formação dos “próprios negócios”, passando por projetos implementadores de renda e até a possibilidade de formação de modos realmente alternativos de trabalho autônomo, existe um conjunto de ações que vêm redefinindo demandas profissionais e que necessitam ser pesquisadas e refletidas.

O capital privado já tem “seus aparelhos privados de hegemonia” (o caso típico aqui é o SEBRAE e o chamado no Sistema S (Senai, Sesc e Sesi); agora quer transformar os antigos centros comunitários, as associações profissionais e os conselhos populares nas novas escolas e agências de trabalho precário. De igual modo vêm transformando os projetos de governos e municípios em verdadeiras agências estatais, produtoras de qualificações para esta nova forma de produção de mercadorias.

Claro que este processo convive com outras pedagogias da fábrica, presentes nos programas de qualidade total ou nos salários variáveis que ora incorporam os benefícios como parte da remuneração.

Estas questões não neutralizam o surgimento de práticas que expressem o avanço da ação política dos trabalhadores em outros campos, como é o caso da democratização da gestão de políticas sociais, mas deixam patente a dimensão dos desafios a enfrentar.